

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 521.360 - MG (2019/0204985-8)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
AGRAVANTE : RICHARD HEBERT GOMES PEREIRA
ADVOGADO : GABRIEL SALMEN ANTONIO - MG183865
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A custódia preventiva do acusado encontra-se devidamente justificada, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, diante da necessidade da garantia da aplicação da lei penal, porquanto o réu permaneceu foragido durante toda a instrução processual. Esse entendimento alinha-se com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes.

2. A revisão do critério observado pela instância ordinária para decidir pela constrição provisória da liberdade do paciente – fuga do distrito da culpa – demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, incompatível com a estreita via do *habeas corpus*.

3. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator